

VOZES SILENCIADAS: A DITADURA BRASILEIRA E AS MULHERES

ANA MARIA COLLING (UFGD)

Universidade Federal da Grande Dourados
acolling21@yahoo.com.br

Resumo

A história da repressão durante a ditadura militar brasileira foi uma história de homens e as relações de gênero estavam aí excluídas. Ousar adentrar o espaço público, privado, masculino foi o que fizeram muitas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no Brasil durante a ditadura militar. A mulher militante cometia dois pecados aos olhos da repressão: o de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado socialmente à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. Faziam política, coisa de homens e invadiam o espaço público, lugar de homens. As próprias organizações de esquerda não propiciavam o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas, porque havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder masculino dentro das organizações. A repressão tinha sempre como alvo o corpo feminino, não somente para torturar, mas para ameaçar, para humilhar. Caracteriza a mulher militante como “puta comunista”, ambas as categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico.

Palavras-Chave: ditadura militar; tortura; feminismo; mulheres militantes

Abstract

The history of repression during the Brazilian dictatorship eliminated gender relations. Female political activists dared to participate in a masculine public space. In the eyes of the repression, activist women committed to sins: to question the military coup and to occupy a social space destined only to men. Even the left-wing organizations do not propitiated discussion about the relations between masculine/feminine, because there was a more important contradiction to be resolved, that of bourgeoisie and proletariat. And this reinforced the masculine power inside those organizations. The repression always aimed women's body, not only to torture them but also to humiliate them. Characterizing activist women as “the communist whore”, the repression tried to confine women to a private and domestic space.

Keywords: military dictatorship; torture; feminism; female political activist

VOZES SILENCIADAS: A DITADURA BRASILEIRA E AS MULHERES

ANA MARIA COLLING (UFGD)

Universidade Federal da Grande Dourados
acolling21@yahoo.com.br

Introdução

A história do Brasil ainda está por ser contada. Especialmente a história do tempo presente. Depois de ser proibida nos terríveis tempos da censura, o período da ditadura militar no Brasil (1964- 1979)¹ ²pouco a pouco está sendo narrado. Muitas biografias, na maioria masculinas, algumas análises e quase nada da participação feminina.

A carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período. Nestes tristes tempos em que vive nosso país, durante a campanha pelo impeachment da presidente Dilma Roussef, (primeira presidenta mulher do país e ex-militante de esquerda que lutou contra a ditadura militar), os atos e passeatas dos vestidos de verde-amarelo pediam a volta da ditadura militar. Nos discursos pelo impeachment no Congresso nacional brasileiro (2016) um deputado ligado aos militares, dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra³, que torturou Dilma. Parece que este fato não provocou repúdio da população brasileira.

Minha proposta neste texto é dar visibilidade trazendo ao palco vozes, mas também silêncios. Foucault e Michele Perrot em *Práticas da Memória feminina*⁴, nos alerta que frequentemente as mulheres apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como se deixá-las aparecer fosse uma ofensa à ordem. Esse apagar de marcas seria uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, especialmente no mundo público/político. Para Perrot a história oral é uma revanche das mulheres, que estão ausentes, nos arquivos públicos e oficiais. Foi o que fizemos.

¹ Optamos neste texto pelo termo ditadura militar, como muitos historiadores e historiadoras fazem, mas reiteramos que não foram somente militares que comandaram o Brasil de 1964 a 1979 (período aqui estudado), mas uma aliança entre civis e militares em nome do capital nacional e internacional. Os presidentes deste período foram todos militares, mas os civis ocuparam cargos importantíssimos e estratégicos como, por exemplo, o Ministério do Planejamento, sempre ocupado por homens sem farda.

² Marcamos 1979 e não 1985 quando se dá a eleição indireta para presidente acabando com o regime militar, porque neste ano foi conquistada e instituída a anistia. Os seis anos restantes são conhecidos como período de abertura, lenta e gradual.

³ O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra torna-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

⁴ PERROT, Michele. “Práticas da Memória Feminina”. In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). *A Mulher no Espaço Público*, São Paulo, Marco Zero, 1989.

Brasil do golpe. As vozes que foram caladas

A renúncia do presidente eleito Jânio Quadros após sete meses de governo, leva ao poder seu vice João Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas. De 1961 a 1964, o Brasil é marcado por intensos debates políticos, culturais e artísticos. Talvez, em toda sua história, nosso país tenha vivido um período tão efervescente como esse.

Este período é marcado pelo interesse pela cultura popular e um grande esforço para que essa cultura exprima as aspirações e reivindicações do povo – no teatro, no cinema, na poesia, na educação. A população brasileira participava de um grande debate nacional, envolvendo estudantes, intelectuais, operários e camponeses. As Ligas Camponesas, de Francisco Julião traziam à cena política do país, pela primeira vez, os trabalhadores rurais organizados.

Estudantes e intelectuais assumiam posições de defesa das reformas estruturais, desenvolvendo intensa militância política e cultural. A União Nacional de Estudantes (UNE), em plena legalidade, com trânsito nas instâncias do poder, discutia as questões nacionais e as perspectivas de transformação que mobilizavam o país.

Ligados à UNE, surgiram no Rio de Janeiro, em 1961, os Centros Populares de Cultura que colocaram na ordem do dia a discussão de estratégias para a construção de uma cultura “nacional, popular e democrática”. Atraindo jovens intelectuais, os CPCs, que aos poucos se organizavam em todo o país, tentavam desenvolver uma atividade conscientizadora junto às classes populares. Defendiam a “arte revolucionária” que deveria estar a serviço da revolução social.

Trabalhando em contato direto com a população, encenavam peças de teatro em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicavam cadernos de poesia, vendidos a preços populares, e iniciavam a realização pioneira de filmes autofinanciados. De dezembro de 1961 a dezembro de 1962, o CPC do Rio de Janeiro produziu as peças *Eles não usam black-tie* e *A vez da recusa*; o filme *Cinco vezes favela*, a coleção *Cadernos do povo* e a série *Violão de rua*. Promoveu ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia. Através da UNE volante organizou uma excursão que por três meses percorreu todas as capitais do Brasil, para manter contato com bases universitárias, operárias e camponesas.

Não era de estranhar, portanto, logo após o golpe militar, a sanha dos militares recair sobre a UNE e a universidade brasileira. A universidade era vista como foco responsável pelo surgimento de um expressivo movimento de resistência, tornando-se, na conjuntura pós 68, alvo de ofensivas por parte do Estado autoritário.

Organizou-se também um amplo movimento cultural didático-conscientizador que se transformou em uma série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e prefeituras ou geradas pelo movimento estudantil. Em Pernambuco, com o apoio do governo de Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular formava núcleos de alfabetização em favelas e bairros pobres. Um novo método criado por Paulo Freire causava impacto: ao invés das tradicionais cartilhas imbecilizantes, procurava colocar a palavra política no comando do processo de aprendizado como forma de conscientização da situação social vivida pelas populações analfabetas e marginalizadas.⁵

Podemos dizer que o Brasil, nos primeiros anos da década de 60, talvez como em poucos momentos de nossa história, vislumbrou as camadas progressistas e as camadas populares próximas ao poder político. Mas, de uma hora para outra, o discurso progressista e revolucionário

⁵ Após o golpe, Paulo Freire é exilado e seu método proibido. Em seu lugar institui-se o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que tinha como objetivo que as pessoas assinassem seu nome somente. Durante muito tempo no Brasil, quando uma pessoa queria chamar a outra de desinformada, menos inteligente, chamava de Mobreal.

ficou emudecido pelo barulho conservador, pela voz da Ordem, da Moralidade, da Pátria, da Família, das Tradições. O golpe militar não cortou tudo logo, mas aos poucos. Na produção cultural engajada, o teatro foi o primeiro setor a se recompor e a recuperar a atuação política.

Nesse mesmo 64, em dezembro, em Copacabana/RJ, Oduvaldo Viana, Armando Costa e Paulo Pontes, deram a primeira resposta ao golpe. Nas vozes de Zé Ketí, João do Vale e Nara Leão foi encenada *Opinião*. Frente a um público jovem, o *show* parecia interpretar o sentimento de toda uma geração de intelectuais, artistas e estudantes. Era preciso falar, cantar, manifestar. Nara entoava, com sua voz doce, “mais do que nunca é preciso cantar”, da marcha de *Quarta-feira de cinzas*, de Chico Buarque, aludindo à esperança e à resistência.

O lavrador, a reforma agrária, a favela, os ventos da revolução cubana e a ideia da revolução no Brasil alimentavam cantores e espectadores. A plateia trajava o figurino da época – a barba e a boina de Che Guevara, a cor cáqui e a camisa de corte militar.

Em 1965 foi encenada *Liberdade, Liberdade*, de Vianinha e Ferreira Gullar. Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri fizeram sucesso com *Arena conta Zumbi*, em 66, e, em 67, *Arena conta Tiradentes*. Os personagens históricos servem para manter acesa a defesa da liberdade.

O cinema brasileiro entrava nessa onda cultural, onde eram permitidos novos temas e novos estilos. Era o tempo do Cinema Novo, aquele que pregava uma ideia na cabeça e uma câmera na mão. Já, em 1961, Glauber Rocha, vindo da Bahia, montava *Barravento*, com Nelson Pereira dos Santos. Para Glauber, o cinema novo era uma questão de verdade e não de fotografismo. A câmera era um olho sobre o mundo. Em 1963, Nelson Pereira dos Santos filmou *Vidas Secas* e, em 64, Glauber, com *Deus e o diabo na terra do sol*, elevou o cinema brasileiro a um novo patamar dentro do quadro de nossa cultura.

Em 1966, Paulo César Saraceni discute os impasses que rondavam a esquerda após o golpe militar, com o filme *O desafio*. No ano seguinte, Glauber Rocha apresentou *Terra em Transe*, considerado como o ponto alto do Cinema Novo, que, em 68, ganhou forma de movimento com o tropicalismo.

A década de 60 foi a década da discussão. Havia muito que discutir naqueles tempos: a altura das saias, a Guerra do Vietnã, o tamanho dos cabelos, a pílula anticoncepcional, o tropicalismo, Marcuse, Panteras Negras... Falava-se especialmente sobre música. Era o tempo dos festivais. A jovem guarda, representada por Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Vanderléa, que falava do amor, do beijo e do calhambeque, perdia espaço para a música de protesto, de contestação. A juventude dos 60 respirava política e a música deveria acompanhar esse processo. Até a Bossa Nova, que rimava amor, dor e flor, andava empoeirada nas discotecas. Nos festivais, faziam sucesso *Arrastão*, de Edu Lobo, na voz de Elis Regina, *Disparada*, de Geraldo Vandré, *Roda Viva*, de Chico Buarque e *Sinal Fechado*, de Paulinho da Viola.

No III Festival da Música Popular Brasileira, em 1967, dois baianos, Gilberto Gil, com *Domingo no Parque*, e Caetano Veloso, com *Alegria, Alegria*, inovavam com músicas cinematográficas. Na música de Caetano, a novidade de uma letra construída a partir de referências do cotidiano urbano: de bancas de revista, das fotos e dos nomes, das espaçonaves e das guerrilhas. A família, o casamento, a roupa, o corpo e o amor passavam a ser valorizados e politizados pela intervenção do grupo baiano. Os tropicalistas subvertiam alguns valores estabelecidos e revolucionavam o comportamento anunciando uma posição que seria marcante nos anos seguintes, a de que “não é possível uma revolução social sem uma revolução individual” – uma posição do maio francês.

A juventude estudantil, que contestava o regime instalado em 64, envolvia as apresentações musicais num ambiente de participação, onde se tornar adepto desta ou daquela música assumia ares de opção política.

No mesmo ano de 1967 o grupo teatral Oficina, tendo à frente José Celso Martinez, encenou em São Paulo *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade. Rompendo com a linguagem do teatro tradicional, o Oficina seguia a linha de provocação cruel e total, tentando mobilizar o público através da instigação agressiva. José Celso pretendia colocar o público cara a cara com a miséria. Suas encenações foram cercadas de debates e escândalos. Ao encenar *Roda Viva*, de Chico Buarque, usava o deboche, a espinafração e a alegoria para demonstrar as contradições do Brasil. Na montagem da peça em São Paulo o teatro foi invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas, que destruiu os cenários e espancou os artistas. Em Porto Alegre a cena se repetiu.

Com o *Rei da Vela*, o Oficina aproximou-se do cinema de Glauber Rocha, especialmente em *Terra em Transe*, e da renovação da música popular brasileira, conduzida pelo grupo baiano. Acompanhava o trabalho de vanguarda das artes plásticas com Hélio Oiticica. Era preciso fazer da arte não mais um instrumento de veiculação política direta, mas um espaço aberto à invenção, à provocação, à procura de novas possibilidades expressivas, culturais e existenciais.

O tropicalismo apareceu como uma manifestação de rebeldia, às vezes caótica, berrante e demolidora, marcada pelo anticonvencionalismo, seguindo a mudança dos costumes. A disposição rebelde do grupo baiano não se orientava apenas na crítica aos padrões de sistema. A recusa à política tradicional atingia a própria militância de esquerda, presente no meio estudantil e que se comportava no campo das relações pessoais de forma um tanto rígida e conservadora.

Esse desajustamento entre os baianos e essa juventude que só respirava política aflorou no Festival Internacional da Canção, em setembro de 68, em São Paulo, quando Caetano, acompanhado d'os Mutantes cantou *É proibido proibir* – grafite riscado nas paredes da Sorbonne, em Paris. Usando roupas espalhafatosas e requebrando, propunha derrubar estantes, prateleiras e livros, numa alusão à revolta da juventude francesa. A plateia vaiava intensamente, presenteando os cantores com bananas, tomates, ovos e bolinhas de papel picado.

Caetano, cantando fora do tom e sem melodia, respondia ao público jovem e politizado: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Estão querendo policiar a música brasileira. Se vocês em política forem como em estética, estamos fritos”. E gritava desafinado e provocador para a plateia: “É proibido proibir”.

Para a juventude que considerava que, mais que fazer amor, ler e estudar, era preciso fazer política, Geraldo Vandré correspondia ao sinal dos tempos. Esse moço, que já havia cantado *Disparada* e *Ventania*, transformou *Caminhando* ou *Pra não dizer que não falei de flores* no hino dos tempos políticos. Se a música juntou num só coro as vozes da juventude rebelde, também atraiu a ira dos militares, nos versos “Há soldados armados, amados ou não, quase todos perdidos de armas na mão, nos quartéis lhes ensinam antigas lições, de morrer pela pátria e viver sem razão”. Após o Festival, quando *Caminhando* perdeu para os belos trinos de *Sabiá*, Vandré passou a ser uma das pessoas mais visadas pelos militares e, após o AI-5, uma das mais caçadas.

Se, em 1968, o AI-5, um golpe dentro do golpe, mergulhou o Brasil nas trevas, na escuridão da ditadura militar, esse mesmo ano encontrou mobilizada a juventude do mundo inteiro. Nos Estados Unidos a Guerra do Vietnã levou a juventude norte-americana a um movimento pacifista, era o “faça amor não faça guerra”, “uma flor no lugar do fuzil”. Surgiu uma nova esquerda valorizando o domínio da problemática pessoal ou de lutas tidas como secundárias – liberação sexual, lutas dos negros, das mulheres. O movimento *hippie* fervilhava.

Na França, no maio de 68, as ruas de Paris viram-se transformadas em cenário de uma verdadeira guerra civil. Os estudantes colocavam em prática novas formas de luta e de organização. A “imaginação no poder” era o grito das barricadas.

Na Tchecoslováquia, na primavera de 68, tanques russos do Pacto de Varsóvia desfilavam pelas ruas de Praga. As medidas liberalizantes do comunismo tcheco precisavam ser detidas. Igualmente a Itália, Inglaterra, Alemanha, México etc. transformavam 1968 no ano louco, apaixonado.

No Brasil, a censura e o sufoco conviviam com o desenvolvimento da indústria cultural que, juntamente com a modernização do país, procurava o padrão internacional. Surgiu a TV Globo, pelas mãos da ditadura. Censores da Polícia Federal estavam presentes nas redações de jornais e revistas, nas emissoras de rádio e de TV. O jornal *O Estado de São Paulo* preenchia os espaços censurados com trechos da poesia de Luís de Camões; o *Jornal da Tarde*, com receitas de doces e salgados.

Se Caetano, Gil, Vandrê e Chico dividiam a torcida da juventude, a folclórica dupla Dom e Ravel cantava aquela música que tocava em todo lugar, numa perfeita propaganda do milagre brasileiro. Em lugar do protesto, o melodioso ufanismo verde-amarelo: “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo, meu coração é verde-amarelo-branco-azul-anil. Eu te amo, meu Brasil, eu te amo, ninguém segura a juventude do Brasil”.

Os tempos difíceis eram retratados por Chico Buarque, que se escondia da tesoura da censura com o nome de Julinho da Adelaide. Sua música *Acorda Amor*, demonstrava o temor de ser acordado pela polícia da repressão, a esperança era a de aparecer ladrão. Ou nos versos proibidíssimos da música *Apesar de Você*: “A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu?” Ou ainda no recado ao amigo que se encontra exilado, manda notícias frescas no disco, dizendo que aqui a coisa está preta.

O humor e a sátira foram afiados instrumentos de crítica ao regime militar, com Millor Fernandes, Henfil (quem não se lembra das cartas à mãe?), Jaguar e Ziraldo. O surgimento do *Pasquim*, em 1969, e, mais tarde, dos semanários *Movimento* e *Opinião* abriu efetivamente um espaço, ainda que um tanto censurado, para o debate político e cultural.

Inovando a forma e o conteúdo, diferentes em suas linhas editoriais e no tratamento dos mais diversos temas, outros jornais foram surgindo ao longo da década de 70, como *Bondinho*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo*. Outros ainda surgiram em torno das lutas dos movimentos feministas, como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; do movimento negro, o *Tiçã* e dos homossexuais, o *Lampião da Esquina*.

Os anos 60 e 70 foram anos de vanguarda estética e de amargura política. A ditadura militar, com a violência repressiva, a censura, a caça aos inconformados, aguçou nos intelectuais e artistas o sentimento de oposição e a luta pela liberdade.

O Brasil do golpe

O Brasil viveu de 1964 a 1979 sob o comando de uma ditadura militar marcada pela perseguição, pela tortura, por mortes e desaparecimentos. O cotidiano era perpassado por atos institucionais, atos complementares, leis de segurança nacional e decretos-leis. Um regime autoritário, que tentava estabelecer uma ordem (a sua), entendendo como desordem qualquer manifestação de opinião contrária ao que impunha.

O período militar brasileiro pode ser dividido em três fases distintas: a primeira que vai do golpe em 1964 à instituição do AI nº 5 em 1968; a segunda, que corresponde ao período de maior centralização política e repressão, de 1968 a 1974; e a terceira relativa ao processo de abertura política, de 1974 à revogação do AI nº 5, em dezembro de 1978.

Várias tentativas de golpe são efetivadas antes de 1964. Alfred Stepan, analisando os movimentos golpistas de 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964, conclui que os militares não se consideravam isolados do sistema político, mas ligados a ele, e, as vezes, sensíveis à opinião civil⁶. A crítica ao presidente deposto João Goulart era marcada pela atenção que ele dava à classe operária em detrimento das classes médias.

A legitimação do intervencionismo militar se fundamentava na doutrina de segurança nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG). O elo de ligação entre os civis e a ESG foi dado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), formado por empresários anticomunistas.

A ESG que sempre foi anticomunista e, portanto, em tempos de guerra fria, não foi difícil encontrar seu aliado externo nessa batalha. Se o comunismo era o inimigo, os Estados Unidos, principal país anticomunista, eram um aliado natural. Para os EUA a questão era estratégica: com exceção do Chile e do Equador, o Brasil fazia fronteiras com todos os países da América do Sul, portanto, poderia desempenhar um papel de hegemonia anticomunista para os Estados Unidos em toda América do Sul.

O IPES, durante a preparação do golpe militar, descobriu novos atores de mobilização. A “Marcha da família com Deus pela liberdade”, realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, reunindo cerca de 500 mil pessoas, foi organizada pela Campanha da Mulher em Defesa da Democracia (CAMDE), com a colaboração do governo do estado de São Paulo, de setores da Igreja católica, da FIESP e da Sociedade Rural Brasileira. O instituto, que fazia parte do novo bloco do poder, era quem organizava a classe média, neste caso as mulheres, como grupo de pressão na derrubada do governo Goulart.

Nos primeiros anos após o golpe foram apresentados sucessos significativos no controle da inflação e na racionalização da burocracia e da estrutura tributária, mas esses sucessos foram contrabalançados por políticas sociais que afetavam os mais pobres, como a desativação das campanhas de alfabetização de adultos, das ligas camponesas, dos sindicatos. Aliava-se a isso, o crescimento do controle estrangeiro na economia. Extinguiram-se os partidos políticos, criando-se por decreto a ARENA e o MDB. Dois partidos para dar a impressão de uma democracia.

O AI-5 acirrou a censura à imprensa (justificada pelos militares como legítima) agora submetida aos tribunais militares, e, professores e estudantes são enquadrados no decreto 477⁷. Logo após o golpe os primeiros “subversivos” a serem procurados não eram militantes dos partidos de esquerda, de oposição ao regime militar, mas os procurados estavam nas Forças Armadas, soldados rasos e generais, de que alguma maneira se identificavam com o governo deposto.

⁶ STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p. 75.

⁷ Decretado em 26 de fevereiro de 1969 previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. O 477 perdurou até a Lei da Anistia em 1979.

Segundo o trabalho da Arquidiocese de São Paulo⁸ que examinou os processos militares, a ordem de procura que se inicia pelos próprios militares, é seguida de sindicalistas, estudantes políticos, jornalistas e religiosos.

Após o AI-5, peças de teatro, filmes, músicas, livros serão mutilados ou proibidos. Os debates sobre o ensino e a realidade brasileira que faziam parte da vida universitária eram considerados agora “atos de subversão”. Era o poder da tesoura sufocando o Brasil. Os donos do poder no regime militar misturam acusações de subversão com insinuações de imoralidade para garantir a adesão da classe média conservadora, aquela que havia marchado 4 anos antes em nome da família e da liberdade, e que agora podia ter um filho morto pela repressão.

Como exemplo de discursos de moral e bons costumes, utilizados pelos militares e seus apoiadores, para garantir o apoio da classe média conservadora, registramos o congresso da UNE na pequena cidade de Ibiuna em São Paulo em outubro de 1968. Foram presos mais de 700 jovens estudantes pela manhã, que saíram enrolados em cobertores. Logo após os militares vão à imprensa e mostram cartelas de anticoncepcionais, dizendo aos pais que se achavam que suas filhas estava fazendo política estavam enganados.

A ditadura militar, em sua nefasta tarefa de repressão, conseguiu calar o movimento estudantil e os movimentos de massa por muito tempo. Os artistas precisavam trocar seus nomes, falar nas entrelinhas, com duplos sentidos e trocadilhos. Chico Buarque de Holanda, nosso maior cantor, anunciava que novos tempos viriam em um hino de resistência: “Hoje você é quem manda, falou tá falado, não tem discussão. A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão viu (...) Apesar de você, amanhã há de ser outro dia, você vai se dar mal, etc. e tal”.

O ano de 1968 vira o mundo de cabeça para baixo. A juventude de todo mundo vai às ruas. Um grafite em Paris simbolizava o sonho dos jovens que pretendiam uma outra moral e uma outra cultura: “A obscenidade não é mais uma mulher que exhibe o púbis, mas o general que exhibe a medalha ganha no Vietnã”. No Brasil os jovens também foram às ruas, mas reprimidos pelas forças policiais. Na “Passeata dos 100 mil” no Rio de Janeiro, juntamente com os jovens, caminhavam artistas, intelectuais, parlamentares e religiosos. Desfilavam aos brados de “Abaixo a Ditadura” ou “O povo unido jamais será vencido”.

Uma das grandes iniciativas que marcaram o regime militar foi a montagem de um moderno sistema de informações. A “comunidade de informações” surgiu como um desdobramento da instituição militar. A criação e a montagem em 1964, do Serviço Nacional de Informações (SNI) combinou as funções de uma agência central de informações com as de assessoria para a formulação de políticas nacionais. Centro de influência na vida social, política e militar do país, tornou-se o esteio político das Forças Armadas. Montou-se uma rede de informações na vida ativa do país, dos ministérios palacianos ao movimento sindical e estudantil; o SNI transformou-se em um superministério, intocado e intocável, tão poderoso, que seu criador, o General Golbery de Couto e Silva em certa oportunidade declarou: “eu criei um monstro”.

Em 1969 é fundada em São Paulo a OBAN (Operação Bandeirantes), reconhecida oficialmente pelas autoridades militares; precursora dos DOI-Codis (Departamento de Operações Internas –

⁸ *O Projeto Brasil Nunca Mais* foi organizado pelo arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns e uma grande equipe, de 1979 a 1985. A ampla documentação que sistematizou informações de 1961 a 1979, sobre a repressão e a tortura, foi transformada em livros e é ainda hoje o principal material de pesquisa para quem trabalha este período.

Centro de Operações de Defesa Interna) criados no ano seguinte e responsável pelas práticas de torturas e mortes no Brasil.

O processo de abertura é iniciado com a supressão do AI-5, quando as Forças Armadas sentiram-se impossibilitadas de continuar a desempenhar seus papéis no estado, agora endividado pelos empréstimos junto ao FMI e gastos faraônicos em sua gestão.

A ditadura e as mulheres

Onde andavam as mulheres nos tempos de radicalização política? O movimento feminista a partir de 1960 repercutiu no cotidiano das mulheres e homens brasileiros? Estabeleceu uma ruptura com os padrões patriarcais estabelecidos? Contra o movimento feminista que recém iniciava, muitas mulheres se levantaram fazendo eco às palavras masculinas.

Os anos 70 irão marcar uma reviravolta do movimento feminista, que coloca no centro das discussões a relação homem-mulher. Começa-se a ler e escrever muito sobre a sexualidade nesta época. As revistas femininas que tinham suas páginas ocupadas exclusivamente por dicas de culinária, corte e costura, decoração, moda e beleza, agora escrevem sobre a família, o casamento, o corpo e o amor. Nas livrarias, em cada três livros, um tratava de questões sexuais.

O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir passa a ser leitura obrigatória entre as mulheres interessadas em mudanças. A frase com que a autora francesa inicia o segundo volume – “não se nasce mulher, torna-se mulher” – é incorporada pelas feministas. A relação da escritora com seu companheiro, Jean Paul Sartre, sem casamento e sem filhos, é admirada porque baseada em igualdade e respeito.

A produção teórica sobre a condição feminina aparece com força neste período. Em 1971, em plena vigência do AI-5, a feminista Rose Marie Muraro viabiliza a vinda ao Brasil de Betty Friedan, para o lançamento do livro *A Mística feminina*. Betty e um grupo de feministas americanas haviam escandalizado o mundo inteiro com a queima de sutiãs em praça pública, simbolizando a liberdade da mulher. No Brasil a imprensa toda noticia o fato, e, apesar das críticas ferozes, a estada da feminista serve para discussão das questões específicas das mulheres.

Como que por ironia, o jornal que mais critica e desmerece a autora é o Pasquim, jornal alternativo, muito perseguido pela ditadura militar, e que durante o período da repressão chegava às bancas coberto por tarjas negras impostas pela censura. Dois livros de Rose Marie Muraro, quatro anos depois, são proibidos pela lei falcão como pornográficos. Seus títulos: *A mulher na construção do mundo futuro* e *Libertação sexual da mulher*.

1975 é um divisor de águas na luta das mulheres. As resistências no meio da esquerda e da Igreja se amenizam com o Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU. A “rainha do lar” começa a ceder espaço para a militante também engajada na luta pela redemocratização do país. O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre homem e mulher, as discriminações e a violência sofridas pelas mulheres. “Quem ama não mata” foi ouvido em todo o país e virou seriado de televisão, denunciando a impunidade do homem que matava em nome da honra.

Nesta década, as mulheres, já organizadas, combinaram a luta contra ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. Era como se fosse uma reação não-armada à repressão política. A questão do “específico feminino” é colocada no clima de contestação geral. A ação política da mulher no período da

ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes. A literatura, especialmente a produção acadêmica, acompanha as mudanças discutindo o tema feminismo, ainda hoje considerado marginal.

No segundo semestre de 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, com o propósito de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar. Movimento importantíssimo que levou esposas, mães, filhas e companheiras a saírem às ruas para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão. As mulheres haviam mudado. Quatorze anos antes haviam saído às ruas para pedir a deposição de um governo popular e foram fundamentais na instalação do governo autoritário com a “Marcha da família com deus pela liberdade”.

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país, engajando-se nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar.

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Estes dois discursos constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.

Quando realizei meu trabalho de pesquisa sobre a construção do sujeito político “mulher subversiva”, senti dificuldade em encontrar estas mulheres para trazê-las à visibilidade.⁹ Recorri aos Arquivos da repressão, documentos do DOPS - Departamento do Serviço de ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e do SOPS - Serviço de Ordem Política e Social, mas pela fragilidade da documentação fui obrigada a recorrer ao recurso metodológico utilizado para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional - a história oral. A revanche das mulheres como diz Michelle Perrot. De imediato constato que a mulher, militante política é encarada como um ser “desviante”, não uma mulher ideal e desejável. Esta estava no espaço a ela destinado, o santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Que mulher é esta, invasora de um campo que não é seu? A maneira mais simplista de responder esta questão, é de que não se trata de uma mulher; a militante política é um desvio de mulher. A perplexidade dá lugar a uma caracterização necessária para enquadrar esta mulher em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino.

A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, é acusá-la de viver na promiscuidade. Se estão neste espaço, público/político,

⁹ Em meu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, entrevistei mulheres presas pela polícia da repressão durante a ditadura militar.

certamente estão à procura de homens ou são homossexuais, portanto, a maneira mais simplista de conceituar esta mulher é desmerecê-la, unindo dois conceitos que são socialmente desabonatórios ao feminino: comunista e prostituta. A repressão caracteriza a mulher militante como PUTA COMUNISTA. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Em todas as ditaduras, nesta mais do que nunca, o corpo é alvo do poder. Segundo Foucault, o poder de punir funciona numa ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado, no enquadramento de seus gestos e de suas condutas¹⁰. O corpo torturado é a maior demonstração de poder e crueldade sobre o ser humano, desrespeitando os limites dos direitos humanos. O corpo da mulher humilhada, machucada, torturada durante a ditadura militar no Brasil, ainda é um tema a ser estudado pelas historiadoras e historiadores. A ameaça de violentar as mulheres, suas filhas, é uma constante. São recordações dramáticas de mulheres torturadas e violentadas. Muitas ainda hoje não conseguem falar, pelas marcas em seu corpo e na alma.

Qual o limite entre o gozo e a tortura? Uma militante conta que um famoso torturador do Rio Grande do Sul, Pedro Seelig, depois de um interrogatório, urinou sobre a presa, urinou sobre ela, para mostrar que ela e seu corpo não eram nada.¹¹

Foram várias formas de tortura aplicadas sobre a mulher: ameaça de tortura física, de estupro, de prisão e tortura de familiares. A humilhação e a tortura física com uma técnica utilizada: a nudez e a vendagem dos olhos. Conta uma militante:

“uma das primeiras coisas que eles fazem é te encapuzar. Depois tiram toda a roupa. Tu está encapuzada, pelada, rodeada por homens em silêncio, que fazem pequenos ruídos para demonstrar sua presença. Tu terminas numa posição fetal, porque quer se tapar, não tem como se tapar, tu não sabes o que eles estão olhando, daí tu vai te encolhendo, te encolhendo, vira um feto”¹²

Os militares ao tratar a mulher política, de imediato tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. Para a repressão, a mulher não tem capacidade de decidir pela sua entrada no mundo político; quando ela ali aparece é porque foi colocada por um homem. A sua filiação a partidos de esquerda não assume importância política; é necessário sempre identificar quem é seu marido, seu pai ou seu amante. A única mulher que é respeitada com decisão própria, segundo os arquivos da repressão, é a religiosa. Ela não possui companheiro, marido e têm atrás de si, protegendo-lhe, um poder maior - a Igreja. Torna-se elemento perigoso, independente de partidos políticos. A religiosa, pela sua condição celibatária, não entra na convenção do casamento e dos lugares destinados ao casal dentro dele e, assim, sua influência junto à população é maior.

“Para os militares e torturadores, tu vinhas para a política como apêndice, porque tu tinha um marido, um namorado, ou tu vinhas para transar com todo mundo ou para conquistar alguém. Ou ainda, porque tu não eras bem mulher, era machorra, sapatona, homossexual. Segundo eles, ou é prostituta ou mulher macho para se meter nestas atividades. Dois desvios do feminino”¹³

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. A história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1991.

¹¹ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

¹² COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 82.

¹³ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 83.

Por outro lado, as próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral. O desmerecimento feminino, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino de que o lugar do poder, no mundo político é reservado aos homens, aparece constantemente nas falas femininas. Julgavam-se sem importância para serem presas juntamente com os homens.

Não somente homens, mas também mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças. Os partidos de esquerda, onde militavam estas mulheres, não tinham a preocupação em analisar e resolver as intrincadas relações de poder entre os gêneros, presentes também dentro das organizações. As próprias mulheres não tinham uma clara compreensão de como deveriam se constituir como sujeitos políticos. Um exemplo evidente da compreensão equivocada das relações de gênero transparecia na relação com outras mulheres. Diz uma das entrevistadas: “a direita, as alienadas e nós, as deusas”. As militantes -as “deusas”- tinham a política como preocupação. Não entendiam como estas outras mulheres conseguiam viver, passar pela vida sem atuação política.¹⁴

Ao ouvir os depoimentos de participantes nos grupos de oposição à ditadura, revela-se que a família também se mostrava desgostosa pela opção de suas filhas. Gostariam que elas permanecessem nos papéis sociais destinados à mulher - o casamento, segundo ela, único passaporte para a felicidade feminina. Apesar disso, a participação das mães na luta contra a repressão tem se constituído em um fato político extremamente importante.

Apesar das diferenças entre as mães argentinas, signo dos direitos humanos, no Brasil há inúmeros exemplos da coragem e determinação das mães na libertação de seus filhos e filhas prisioneiros. Na defesa da vida de sua prole, as mães tornam-se militantes aguerridas que desconhecem limites. Por isso, eram temidas pela repressão. A diferença das mães argentinas e brasileiras é que lá uniram-se em torno da busca de filhos e netos desaparecidos e pela redemocratização nacional, no Brasil os motivos da luta eram semelhantes, mas eram lutas isoladas.

O alemão Andreas Huyssen em sua obra *Culturas do passado-presente*, analisa dois acontecimentos importantes para a história contemporânea: o holocausto e a ditadura militar argentina. Para ele, o esquecimento não é uma falha da memória, uma doença da memória e nem um jogo binário que joga a memória contra o esquecimento. Para Huyssen, o esquecimento e a memória foram cruciais na transição da ditadura para a democracia argentina. Ao trabalhar com “políticas da memória”, dá um destaque especial para as mães argentinas. Segundo o autor, desde 1977, os protestos populares e as manifestações semanais das Mães e Avós da Praça de Maio, em Buenos Aires mantiveram acesa a chama da memória:

A cobertura internacional destes protestos, iniciada durante a Copa do Mundo de 1978, proporcionou uma espécie de garantia de segurança, ao menos para algumas manifestantes, durante os próprios anos da ditadura. Nem as ameaças diretas nem a difamação das Mães como loucas da Praça de Maio (*Las locas*) conseguiram desviar esse grupo de mulheres corajosas do seu objetivo de determinar o que havia acontecido com os desaparecidos e quem eram os

¹⁴ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 69

responsáveis.¹⁵

Nos acostumamos a relacionar a luta pela democratização política do país, pela liberdade do país, com a luta igualitária entre os sexos. Mas vamos nos dar conta que a questão de gênero perpassa a questão social e a questão política. Não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante político nas décadas de 60 e 70, terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também defende que o comando político deve ser dos homens. A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque, segundo ela, havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.

Conclusão

A ditadura militar ainda está a doer nas entranhas históricas brasileiras. Por não ter sido revisitada por uma crítica nacional, ela continua a assombrar a todos nós. Personagens influentes daquele período continuam detendo poder em nossa política atual. A anistia ampla e irrestrita anistiou a todos – torturados e torturadores.

As relações de gênero, a desigualdade entre os sexos, presente naquele período continuam alarmantes nos dias de hoje. Além da disparidade na política, a violência contra a mulher coloca a nu o poder de uns sobre outras.

Durante a ditadura militar brasileira, a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como esta questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais.

Foram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares -, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento “com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obscuro”.¹⁶ A luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista.

Se a história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período.

Referências:

ARNS, Dom Paulo Evaristo (prefaciador). *Brasil nunca mais*. Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁵ HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.p.162.

¹⁶ VENTURA, Zuenir. 1968. *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.36.

- BRUM, Rosemary. “História Oral e mulheres”. In: *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: UFGD, 2015.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- _____. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: *Historia, Genero y Política em los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005, p.89-101.
- _____. “A construção do sujeito político mulher subversiva”. In: *Contexto & Educação*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.
- _____. “A ditadura militar e o corpo feminino”. In: *Faces e interfaces da violência de gênero*. Goiânia: Editora UFG, 2017, p. 81-98.
- _____. “50 anos da ditadura militar no Brasil: questões feministas e de gênero”. In: *Revista Opsi*. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 370-383.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. A história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FERREIRA, Elizabeth Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- OBERTI, Alejandra. “Violencia política, identidad y género em la militância de los '70”. In: *Historia, Genero y Política em los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005, p. 260-276.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru/SP: Edusc, 2015.
- _____. “Práticas da Memória Feminina”. In: Bresciani, Maria Stella Martins (Org.). *A Mulher no Espaço Público*, São Paulo, Marco Zero, 1989.
- SAPRIZA, Graziela. “Memorias del cuerpo”. In: *Historia, Genero y Política em los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005, pp. 39-60.
- STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. (Trad. Ítalo Tronca). Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- VENTURA, Zuenir. 1968. *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.